

Vulnerabilidades urbanas: o caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do porto.

Helena Grangeia¹, Olga Souza Cruz², Raquel Teixeira³, Pedro Alves⁴

Resumo: Este artigo começa por refletir sobre o modo como a criminalidade e a violência são produzidas em espaços urbanos e como estes fenómenos são conceitualizados a partir de significados que emergem das dinâmicas subjacentes à vida nas cidades. A violência urbana é discutida enquanto conceito não restrito a atos criminais. É representada não só em indicadores estatísticos mas também nos sentimentos de insegurança fruto da convergência de fatores individuais e sociais e da influência dos *media*. Estas premissas são consideradas quando analisadas as especificidades do contexto português. Este enquadramento socio-histórico fornece o cenário para o estudo de um tipo de criminalidade, associado aos meios urbanos, que tem reunido especial atenção mediática. O estudo exploratório que é apresentado foca-se na criminalidade associada às ourivesarias na cidade do Porto e procura identificar os padrões, as dinâmicas e as perceções relacionadas com os furtos e roubos. Os resultados de um inquérito a uma amostra de 85 ourivesarias revelam que 42.4% dos estabelecimentos foi alvo de furto e/ou roubo desde 2007. Globalmente, os/as participantes relataram sentir-se em risco de vitimação futura e revelaram insatisfação com a atuação dos órgãos policiais, a atuação das autoridades judiciárias e as políticas criminais de combate a este fenómeno.

Palavras-chave: violência urbana; criminalidade; sentimento de insegurança; ourivesarias.

¹ hgrangeia@ismai.pt. Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento Instituto Superior da Maia.

² ocruz@ismai.pt. Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento Instituto Superior da Maia.

³ raquelteixeira78@gmail.com. Licenciada em Criminologia e Mestranda em Psicologia da Justiça no ISMAI.

⁴ pma2900@hotmail.com. Licenciado em Criminologia.

Vulnerabilidades urbanas: o caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do porto.

Urban vulnerabilities: The case of criminality associated with jewelry stores in the city of Oporto

Abstract: This article first reflects on the way in which criminality and violence are produced in urban spaces and how these phenomena are conceptualized through meanings that emerge from dynamics behind the life on cities. Urban violence is discussed as a concept that is not restricted to criminal acts. It is represented not only in statistical indicators but also in the feelings of insecurity that results from the convergence of individual and social factors and the influence of media. These assumptions are considered when the specificities of the Portuguese context are analyzed. This socio-historical frame sets the scene for the study of a type of criminality, which is associated to the urban environment, which has gathered special media attention. The exploratory study that is presented is focused on the criminality associated to the jewelry stores in the city of Oporto and seeks to identify the patterns, dynamics and perceptions related to thefts and robberies. Results from a survey with a sample of 85 jewelry stores revealed that 42.4% of the stores were a target of theft and/or robbery since 2007. Generally, participants reported to feel at risk of victimization in the future and revealed dissatisfaction with the actions taken by the law enforcement agencies, judicial authorities, and the criminal policies directed to this phenomenon.

Key-Words: urban violence; criminality; feeling of insecurity; jewelry stores.

1. Introdução

A análise do crime e da violência implica atender aos contextos a partir dos quais as subjetividades e as práticas se produzem. Tratar tais conceitos num 'vácuo social' limita a sua compreensão e impossibilita aceder aos modos como são construídos os significados e definidas as experiências de perpetração e vitimação. Neste sentido, propomos tratar especificamente o fenómeno criminal considerando as significações emergentes no tecido urbano, incluindo a sua construção como forma de violência. A concetualização das práticas criminais nas urbes das sociedades modernas impõe a compreensão dos processos de produção, distribuição e acumulação do capital, da ênfase do individualismo sobre o sentido de comunidade e dos processos de opressão que se produzem em sociedades desiguais (e.g., ADORNO, 2002). A problematização de certas práticas, que poderão ou não constituir crime, emerge da confluência de diversos fatores que operam a diferentes níveis, não podendo portanto ser abordados meramente como

um assunto do indivíduo. Do mesmo modo, os sentimentos de insegurança não resultam diretamente da experiência do ato violento/criminal, mas da sua ressonância psicológica que atende à convergência desta multiplicidade de fatores no tecido social (FERNANDES; RÊGO, 2011).

Numa lógica de afunilamento, este artigo parte das especificidades dos crimes nas metrópoles e das significações que surgem associadas para a sua compreensão no contexto português. Para tal, procede-se ao enquadramento socio-histórico que permite um entendimento do desenvolvimento das cidades e da vida urbana em Portugal. De igual forma, são identificados os padrões criminais e de vitimação conhecidos neste contexto. Particularmente importante é o cenário de precariedade e instabilidade económica que assola a Europa e em especial os países do sul europeu, com uma expressão significativa em Portugal. Assiste-se assim a um período de transformações sociais, pautado pela desestabilização e a incerteza. Este cenário conduziu ao foco do estudo, que aqui é apresentado, na criminalidade associada às ourivesarias. Este fenómeno tem vindo a merecer a atenção dos mecanismos de controlo formal, pelo aumento das taxas dos crimes registados, e dos meios de comunicação social que veiculam a sua associação com práticas violentas e com a crise económica atual. Este estudo procura identificar o padrão e as dinâmicas dos furtos e roubos a ourivesarias e relojoarias na cidade do Porto a partir dos relatos dos/as comerciantes, contrapondo às experiências dos/as participantes as suas perceções.

2. Os crimes e as cidades

A questão da violência/criminalidade é cada vez mais uma inquietação universal, reforçada pelo fenómeno da globalização (WEYRAUCH, 2011) que surge particularmente associada à sua expressão nos grandes aglomerados urbanos. A fixação das pessoas nas cidades tem crescido exponencialmente, e se no início do séc. XIX apenas 3% da população mundial vivia nas cidades, hoje o número ascende a mais de metade da população mundial, prevendo-se que esse valor atinja dois terços nos próximos 50 anos (MUGGAH, 2012). Também a United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT, 2008), refere que é esperado um crescimento urbano, nos países em desenvolvimento, de 1.2 biliões de pessoas. É um facto que a violência/criminalidade em meio urbano tem atraído cada vez mais as atenções da investigação. Apresenta-se na atualidade como um foco central de preocupação generalizada a todos os níveis da sociedade (JUTERSONKE; MUGGAH; RODGERS, 2009), na medida em que traduz uma ameaça à “democracia, prosperidade e segurança do hemisfério” (COMLEY; FERBEY; FOURNIER; GAFUIK; PERRIN, 2008, p. 5) e constitui um indicador da qualidade de vida das cidades (ARIZA, 2011; FILHO, 2010).

Vulnerabilidades urbanas: o caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do porto.

Por um lado, se as cidades representam um acréscimo de oportunidades e um acesso facilitado a bens e serviços, por outro, estão na base de novos desafios, nomeadamente ao nível das desigualdades, da violência, da criminalidade e dos seus reflexos nas questões da (in)segurança dos/as cidadãos/cidadãs. A coexistência de oportunidades e riscos, a que Muggah (2012, p. vi) chamou de “dilema urbano”, implica uma análise mais aprofundada sobre a forma como os fatores de risco e de proteção interagem num dado contexto. Este autor chama a atenção para o efeito cumulativo dos fatores de risco e a sua contextualização no tecido socioeconómico (e.g., crescimento urbano, desigualdades sociais) que contribuem para a emergência de sentimentos de insegurança, muito característicos da vida nas cidades (DINIZ, 2003; MORAES, 2008; VELHO, 2000).

Esta reflexão em torno da vida urbana e da sua correspondência com a violência e com as questões da segurança não é nova (WEYRAUCH, 2011). Do ponto de vista criminológico, acredita-se que o seu início remonta ao conjunto de estudos e investigações resultantes da Escola de Chicago e do seu trabalho no terreno durante o período que mediou as duas Guerras Mundiais (ARIZA, 2011; BOTTOMS, 2007), bem como das suas teorizações acerca do crescimento exponencial das cidades fruto do processo de industrialização. Este processo marcou um ponto de viragem histórico que trouxe novos contornos à vivência em sociedade, onde “o mundo da cidade surge, assim, em radical contraste com a comunidade rural tradicional”, e em que esta é vista por muitos “como uma espécie de Pandora de todo o pecado, de todo o vício e de todo o crime” (DIAS; ANDRADE, 1997, p. 270).

Poder-se-á dizer que este terá sido, também, o ponto de partida para algumas das teorias mais conhecidas que estão na base da explicação do crime e da delinquência – teoria da desorganização social, teoria da subcultura delincente, teoria da anomia e teoria da oportunidade – que subjazem a esta tentativa de explicação para os ‘novos’ fenómenos que derivam desta ‘nova forma de vida’, a vida nas cidades. Como refere Molina (1998, p. 476) “A Escola de Chicago não se limita a descrever, também pretende compreender os problemas sociais na sua correlação com a nova estrutura urbana, partindo de diversos esquemas concetuais e modelos de crescimento e organização metropolitanos”. Se antes a explicação para as questões da criminalidade residia numa análise ao indivíduo que cometia o evento criminal, este novo enfoque criminológico, centra a sua investigação na tentativa de perceber porque é que determinados espaços urbanos, ou apenas algumas zonas dentro desses espaços urbanos, apresentam taxas de criminalidade díspares, tentando aferir a existência de uma relação entre desenvolvimento urbano e delinquência (ARIZA, 2011).

3. As fronteiras de uma problemática

A violência urbana encerra em si uma grande dificuldade conceitual (SILVA, 2010). A sua definição pode variar em função do tipo de crime, do/a responsável pelo ato, do número de pessoas envolvidas e pode nem sequer constituir crime, tratando-se apenas de meras incivildades, que podem rapidamente converter-se em crimes. A reforçar esta ideia, Cusson (2002) adverte para o facto de a linha que separa as incivildades e o crime poder ser extremamente ténue. Segundo o autor, “um vidro partido provoca outros vidros partidos. E o vidro partido convida aos *graffitis*, que suscitam os assaltos, depois os tráficos e, em seguida, os assaltos à mão armada”, dando vida ao corolário da teoria das janelas partidas (*broken windows*) e reforçando a possibilidade de um “afrouxamento dos controlos pessoais e sociais (CUSSON, 2002, p. 194). Ainda a propósito das incivildades, ou da “falta de educação e de civildade” (FERREIRA, 2003, p. 43), grande parte da insegurança revelada pela maioria das sociedades ocidentais salienta “uma relativa saturação de incivildades e de pequenos crimes contra bens patrimoniais” (FERREIRA, 2003, p. 5).

Apesar destas dificuldades concetuais, Lourenço (2010, p. 21) define violência urbana como:

“[...] um vasto conjunto de atos de tipificação difícil, porque frequentemente sobrepostos, apelando a uma leitura holística para a compreensão da sua origem e motivação e essencial à definição de políticas de intervenção. Na noção de violência urbana incluem-se atos de graduação penal diferenciada – quando não estão fora da alçada da lei, como muitos que cabem na designação de incivildades – e que atingindo certos patamares põem em causa a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos e alimentam o sentimento de insegurança.”.

Assim, a violência em meio urbano pode consumir-se de várias formas, não sendo restrita a atos ilegais e puníveis pela lei mediante as fronteiras estatuídas por cada ordenamento legal, além de poder ser limitada pela cultura e abertura/rigidez social da sociedade onde é produzida.

Não obstante, atendendo aos atos tipificados como crime, a investigação tem revelado que os valores da criminalidade apresentam, desde o início da década de 90, uma tendência para diminuir. Tselon, Mailley, Farrel e Tilley (2010) após a pesquisa que efetuaram em 26 países, entre 1995 e 2004, concluíram que a média de redução da incidência do crime foi de 77.1% relativamente ao furto do interior dos carros, 60.3% ao furto a pessoas, 26.0% ao roubo, 20.6% aos furtos e 16.8% ao furto de automóveis. Estes resultados são consistentes com os dados apresentados por Van Dijk, Manchin, Van Kesteren, Nevala e Hideg (2005) que apontaram para uma queda nos valores europeus do crime. Segundo estes autores, relativamente aos assaltos e roubos na União Europeia tem-se verificado nos

Vulnerabilidades urbanas: o caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do porto.

últimos 10 anos uma diminuição significativa. Relataram, ainda, uma diminuição nos crimes contra a propriedade na Europa, justificando-a pelo crescendo nas preocupações ao nível da segurança, como se constata a partir do, cada vez mais comum, uso de alarmes e de outras medidas de prevenção. No entanto, alguns países apresentaram valores mais elevados (e.g., Irlanda, Reino Unido, Estónia, Holanda e Dinamarca) relativamente a outros com taxas de criminalidade mais baixas (e.g., Espanha, Hungria, Portugal e Finlândia). Os autores atribuem esta discrepância a fatores como a urbanização e a proporção de jovens na população.

Existem ainda alguns países (e.g., Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala) considerados verdadeiros ‘nichos’ de violência urbana e em que esta “é uma das cinco primeiras causas de morte (HABITAT DEBATES, 2007, como citado por LOURENÇO, 2010, p. 21). Segundo Lourenço (2010), existem também algumas cidades, nomeadamente da América Latina, da Ásia e de África, em que a criminalidade opera como uma ameaça à segurança e ao desenvolvimento, o que inviabiliza a sua comparação com cidades europeias. Desta forma, a maior expressividade dos números da violência parece estar em estreita relação com áreas geográficas em processo de desenvolvimento (HUNTER, GUTBERLET, 2008), nomeadamente em países do sul (WINTON, 2004). Todavia, Winton (2004) alerta para uma relação dialética. Se por um lado o desenvolvimento pode originar ‘novas violências’, por outro a própria violência pode funcionar como um mecanismo impeditivo do desenvolvimento. Não obstante, MacIlwaine (1999) aconselha cautela nesta avaliação geográfica da violência, sob pena de se reificarem preconceitos, uma vez que poderão ser várias as leituras cartográficas do fenómeno (norte/sul; rural/urbano).

A violência nos grandes aglomerados urbanos continua a gerar bastante preocupação, estando na base da teorização em torno de algumas questões sensíveis, como o sentimento de insegurança e o medo do crime, constituindo objetos de investigação no contexto brasileiro (e.g., CALDEIRA, 2000; FERREIRA; VASCONCELOS; PENNA, 2008; GAVIRIA, 2008; SANTOS; RAMIRES, 2009; SILVA, 2011; SOUZA; PONTES, 2010; VIAL; JUNGES; OLINTO; MACHADO; PATTUSSI, 2010) e no português (e.g., FERNANDES; RÊGO, 2011; FRIAS, 2004; MACHADO, 2004; MACHADO; AGRA, 2002; MATIAS; FERNANDES, 2009). O sentimento de (in)segurança é um fenómeno complexo e dinâmico (MASCARENHAS, 2011), de tal forma que Fernandes e Carvalho (2000) o conceitualizam como um objeto fluído. O que está em causa não são apenas subjetividades e a decorrente variabilidade individual, mas também condicionamentos espaciais e mediáticos (FERNANDES; RÊGO, 2011; LEAL, 2007). Neste sentido, o sentimento de (in)segurança poderá não refletir linearmente a variação das taxas de criminalidade (FERNANDES, 2004; LOURENÇO, 2010), sendo muitas vezes empolado por uma “híper-representação da violência” veiculada pelos *media* (MACHADO, 2004, p. 107). O sentimento de insegurança

pode ser nefasto e ainda mais grave do que o próprio ato criminal, na medida em que permeia os níveis de confiança e afeta o bem-estar das pessoas e das sociedades (MOSEER, 2004), vulnerabilizando-as e tornando-as mais facilmente manipuláveis (REINER, 2007).

Nesta linha de investigação, Rêgo e Fernandes (2012) conduziram um estudo entre as cidades do Porto e do Rio de Janeiro, reportando o facto de que, embora tratando-se de contextos muito distintos, ambos são palco de vivências inseguras, onde o medo aparece como figura de relevo. No entanto, os autores apelam ao cuidado nesta leitura, atentando para as diferenças subjacentes às duas cidades, desde logo ao nível histórico, geográfico (dimensão) e da própria criminalidade. Este estudo refere, ainda, o facto de a insegurança ser alimentada, em Portugal, por crimes predatórios de rua, ao passo que no Brasil este sentimento é consolidado pela criminalidade mais violenta.

4. Especificidades do contexto português

Em Portugal torna-se imperativo recuar até ao 25 de Abril de 1974 para perceber as diferenças ao nível da fixação geográfica das pessoas e a realidade da violência em contexto urbano. Este foi, de facto, um acontecimento histórico marcante para a população portuguesa. Consistiu numa mudança política consubstanciada na transição de um regime ditatorial e autoritário para um Estado de Direito Democrático, com repercussões ao nível da vivência quotidiana dos portugueses. O 25 de Abril de 1974 aparece como o ponto de partida para movimentos migratórios unidireccionais, dos meios rurais para as cidades do litoral e também para outros países (LEAL, 2010). Deste modo, assistiu-se à redistribuição da população e ao recriar de outras formas de vida na sociedade, pautadas pelo anonimato característico das grandes cidades, levantando-se também determinados problemas, nomeadamente em termos de criminalidade.

Apesar de Portugal ser referenciado como o terceiro país com criminalidade mais baixa da Europa (Relatório Anual de Segurança Interna [RASI] 2011 - MAI, 2012), e de apresentar há já quatro anos consecutivos uma tendência de descida das ocorrências criminais registadas ao nível da criminalidade geral (decrécimo de 2.3 % face a 2011), o que coloca os valores registados em 2012 abaixo da média da década (\bar{X} = 403.287 participações; Relatório Anual de Segurança Interna 2012 - MAI, 2013), o sentimento de insegurança da população, bem como o medo do crime aumentaram (FERNANDES; RÊGO, 2011). No *European Survey of Crime and Safety* Portugal surge como um dos países da Europa com uma taxa menor de vitimação relatada (EU ICS 2005; VAN DIJK; MANCHIN; VAN KESTEREN; HIDEG, 2007). Esta tendência é corroborada num estudo que integra os dados dos países europeus com outros que participaram no *International Crime Victims Survey* (ICVS 2000, KESTEREN; MAYHEW; NIEUWBEERTA, 2000), num total de 30

Vulnerabilidades urbanas: o caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do porto.

países, e que refere que as taxas mais baixas de vitimação são encontradas em Espanha, no Japão, na Hungria e em Portugal (VAN DIJK; VAN KESTEREN; SMIT, 2007). Não obstante, ambos os relatórios referem que, apesar de Portugal apresentar um nível de risco de vitimação baixo, o medo do crime e os sentimentos de insegurança são superiores face a países que apresentam níveis de risco de vitimação superiores. Quando questionados/as sobre a probabilidade de virem a ser assaltados/as no próximo ano, os/as habitantes em Portugal eram os/as quartos/as mais pessimistas (medo do crime) e quando interrogados/as sobre quão vulneráveis se sentem à noite, sozinhos/as, na rua (sentimento de insegurança), verificou-se uma tendência para relatarem uma posição mais vulnerável desde o ano 2000 para o ano de 2004, ocupando em 2004 a quarta posição de maior insegurança relatada (EU ICS 2005; VAN DIJK; MANCHIN; VAN KESTEREN; HIDEG, 2005).

Fernandes e Rêgo (2011) referem que o sentimento de insegurança e o medo do crime encontram-se intrinsecamente relacionados com os aglomerados urbanos. A reforçar esta ideia, o estudo português de Leal (2010) pretendeu esclarecer a existência de diferenças entre o espaço urbano (Linha de Sintra) e rural (concelho de Mértola) na vivência e construção do sentimento de insegurança nos/nas seus/suas residentes. O autor concluiu que os sentimentos de insegurança são mais facilmente experienciados em espaços que tendam para o anonimato e onde os vínculos sociais são quase inexistentes, como é o caso da Linha de Sintra, por oposição ao concelho de Mértola.

Infelizmente, Portugal não dispõe de dados mais recentes para além das estatísticas oficiais que nos mostram os crimes identificados pelas autoridades policiais e que ocultam necessariamente cifras negras. De facto, a realização de inquéritos de vitimação não tem sido uma prática contínua neste contexto, tendo sido conduzidos apenas dois inquéritos de amplitude nacional, nos anos de 1992 (ALMEIDA, 1993 e 1994) e 1994 (ALMEIDA; ALÃO, 1995), pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça. Os dados mais recentes são disponibilizados por investigações internacionais que Portugal integrou, nomeadamente a *International Crime Victims Survey* (ICVS 2000, KESTEREN; MAYHEW; NIEUWBEERTA, 2000) e a *European Survey of Crime and Safety* (EU ICS 2005; VAN DIJK; MANCHIN; VAN KESTEREN; HIDEG, 2005), já referidas.

Criminalidade associada às ourivesarias

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna referente ao ano de 2012 (MAI, 2013), apesar de a criminalidade violenta e grave ter registado uma diminuição de 7.8 % (menos 1884 casos registados), existem alguns crimes que apresentaram aumentos dignos de registo em comparação com o ano anterior (2011), nomeadamente o roubo a residências (+262 casos; +35,7 %), a resistência e coação sobre funcionário (+119 casos; +6.8 %), o roubo a outros edifícios comerciais

ou industriais (+70 casos; +7.7 %), o roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito (+34 casos; +38.2 %), o homicídio voluntário consumado (+32 casos; +27.4 %) e o roubo a ourivesarias (+27 casos; +19.7 %).

Já em 2012, o mesmo relatório (RASI 2011) reportava um acréscimo no roubo a ourivesarias (+14.2 %), apontando como possível explicação, para a procura das ourivesarias por parte da população criminoso, o facto de Portugal estar a atravessar, desde há algum tempo, uma difícil situação económica, em que o preço do ouro tem atingido “sucessivos recordes de cotação” (MAI, 2012, p. 30). A criminalidade associada a este tipo de estabelecimentos, além de ter registado um aumento considerável face ao ano anterior é, segundo o MAI (2013), consumada maioritariamente por um indivíduo (47 %) ou dois indivíduos (24 %), sendo que em cerca de aproximadamente metade dos casos os/as criminosos/as se socorreram de armas de fogo.

Os números demonstram, assim, que este tem sido um fenómeno presente no contexto português, podendo potenciar consequências dramáticas para os/as proprietários/as e colaboradores/as deste tipo de estabelecimentos, bem como para a sociedade em geral, na medida em que poderá contribuir para um aumento do sentimento de insegurança (MAI, 2012). A contribuir para este sentimento concorre também a “intensa mediatização” deste fenómeno criminal por parte dos meios de comunicação social (MAI, 2012, p. 30). Esta mediatização ocorre sobretudo quando se trata de um crime violento, estabelecendo uma associação a uma extrema vulnerabilidade das suas vítimas, como ilustra o seguinte título noticioso: *Lançam terror em roubo de ouro* (Publicado em 27 março 2013, Correio da Manhã). Para além do mais, os meios de comunicação social têm vindo a alertar para uma subida permanente deste fenómeno, fazendo eco dos números oficiais. Se em 2012 os títulos noticiosos destacavam um crescendo deste tipo de criminalidade – e.g., *Roubos por esticção e em ourivesarias foram os que mais subiram em 2011* (Publicado em 30 março 2012, Jornal de Notícias) –, atualmente esta tendência mantém-se – e.g., *Há ainda a destacar em 2012 (...) uma subida de 19.7% (mais 27 casos) nos casos de roubo a ourivesarias e casas de venda de ouro, que tiveram um total de 164 ocorrências* (Publicado em 26 março 2013, segurançaonline.pt). Este alerta social implica o desenvolvimento e a divulgação de respostas oficiais para fazer frente aos números da criminalidade e ao sentimento de insegurança gerado, também estas alvo de atenção dos *media* – e.g., *Governo prepara diploma para reforçar segurança nas lojas de compra e venda de ouro* (Publicado em 26 março 2013, Ionline).

5. O caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do Porto

Dada a relativa escassez, em Portugal, de estudos centrados nas questões da vida nas cidades e da criminalidade urbana e sentimentos de insegurança, iniciámos um projeto de investigação, intitulado “(In)seguranças Urbanas”, cujos

Vulnerabilidades urbanas: o caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do porto.

principais objetivos são mapear a criminalidade e as percepções de segurança e insegurança e compreender como são construídos os sentimentos de (in)segurança.

Particularmente, o estudo apresentado neste artigo foca-se no fenómeno da criminalidade associada às ourivesarias e relojoarias na cidade do Porto. Esta é uma investigação de carácter exploratório, com a qual se pretende analisar os números e as dinâmicas que caracterizam os crimes contra a propriedade, nomeadamente o furto e o roubo, que vitimizam as ourivesarias e relojoarias da zona geográfica selecionada, desde 2007 até à atualidade.

O Porto é a segunda maior cidade de Portugal, situada no litoral norte do país, com 237 591 habitantes (dados dos últimos Censos, 2011). É, no entanto, notório que a cidade do Porto é o concelho central da Área Metropolitana do Porto, constituindo o segundo maior aglomerado urbano em Portugal, com cerca de 1.286.276 habitantes.

Na concretização deste estudo começou por se fazer um levantamento exaustivo de todas as ourivesarias e relojoarias existentes no Porto. Os dados obtidos junto da Direção-Geral das Atividades Económicas apontavam para a existência de 282 estabelecimentos com atividade aberta no âmbito de comércio a retalho de relógios e de artigos de ourivesaria e joalharia (CAE n.º 47770), no conselho do Porto. Todavia este número revelou-se desfasado da realidade encontrada no terreno, pois muitos dos estabelecimentos identificados já haviam encerrado enquanto outros foram abertos. O tamanho da amostra foi igualmente constrangido pelas dificuldades na recolha de dados experienciadas pela elevada relutância dos/as proprietários/as e demais funcionários/as deste tipo de estabelecimento em fornecer informação sobre as experiências de vitimação neste âmbito e as medidas de segurança. Para mais, para este estudo não foram considerados os estabelecimentos de compra e venda de ouro.

De seguida realizaram-se entrevistas qualitativas semiestruturadas a alguns informantes chave, que serviram para a construção de inquéritos a aplicar junto dos/as proprietários/as ou funcionários/as destes estabelecimentos. Tais questionários organizam-se em cinco grandes secções: (i) informação geral do/a participante; (ii) mapeamento do assalto/tentativa de assalto; (iii) caracterização do último assalto/tentativa de assalto; (iv) caracterização atual do estabelecimento; e (v) percepções dos/as participantes. A sua administração foi feita de forma presencial, mediante o consentimento informado (por escrito) dos/as participantes, a uma amostra de 85 ourivesarias/relojoarias do concelho do Porto. A recolha destes dados decorreu entre dezembro de 2012 e março de 2013 e o seu tratamento foi feito através de uma metodologia quantitativa, com o auxílio de um *software* de tratamento de dados quantitativos – IBM SPSS (versão 21). Neste artigo apresentamos somente alguns dados relativos à descrição dos participantes, às experiências de vitimação, às características do último incidente e às percepções dos/as participantes.

Descrição dos/as participantes

Os/as participantes deste estudo eram sobretudo proprietários/as (n = 37, 43.5%), seguidos/as de colaboradores/as (n = 29, 34.1%) e de gerentes (n = 19, 22.4%). Na maioria foram entrevistados participantes do sexo masculino (n = 45, 52.9%). A idade média dos/as participantes era de 51 anos (\bar{X} = 50.86, sd = 12.16) e trabalhavam no estabelecimento há cerca de 18 anos (\bar{X} = 18.30, sd = 14.69).

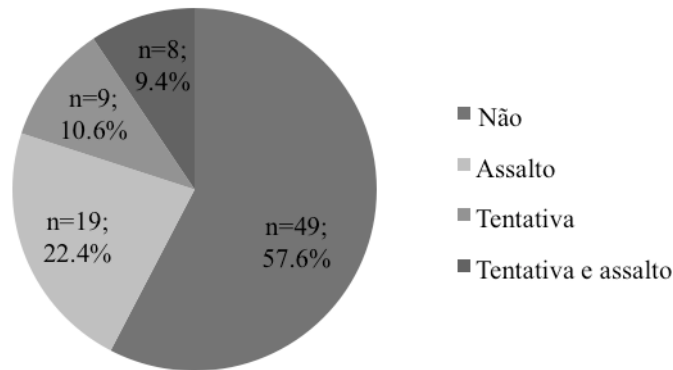
Vitimação

Quanto às experiências de vitimação é de destacar que grande parte dos/as participantes relatou que, desde 2007, nunca foi alvo de assaltos e/ou tentativas de assaltos (n = 49, 57.6%). Importa salientar que na categoria de assaltos não se distingue entre as tipificações criminais de furto e de roubo, optando-se por esta categoria mais genérica por ser de mais fácil compreensão pelos/as participantes⁵. Os/as restantes participantes referiram já ter sido alvo de algum assalto, tentativa de assalto e ambos (n = 36, 42.4%). Na figura 1 apresentam-se os dados relativos às experiências de vitimação. De entre os casos em que foi admitida a vitimação criminal, foi relatada uma média de cinco assaltos (\bar{X} = 1.62, sd = 1.13) e entre duas a três tentativas de assalto (\bar{X} = 2.40, sd = 2.90).

⁵Sobre a distinção entre furto e roubo, Simas Santos e Leal-Henriques (2000) referem que “o roubo não é mais do que um furto qualificado em função do emprego de violência, física ou moral, contra a pessoa” (p. 740). O roubo é, portanto, um ato que manifesta sempre a ação de uma força ofensiva, quer física ou psicológica, sobre um determinado indivíduo ou determinada situação, estando normalmente associada a um impacto físico e/ou psicológico na/s vítima/s.

Vulnerabilidades urbanas: o caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do porto.

Fig 1. Experiências de vitimação

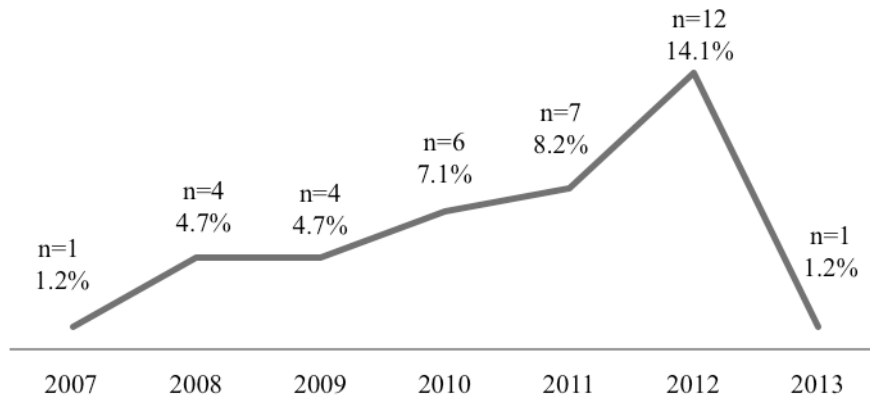


Último incidente

Relativamente à última experiência de vitimação em 69.4% dos casos (n = 25) o crime foi consumado, sendo que nos restantes consistiu numa tentativa de assalto (n = 11, 30.6%). De entre as experiências consumadas, na grande maioria das situações o assalto não envolveu violência física, pelo que se poderá inferir que se trata de crimes de furto (n = 33, 91.7%). A utilização de armas foi admitida por 19.4% dos/as participantes (n = 7) e negada por 50% (n = 18). Os/as restantes participantes não tinham conhecimento acerca desta questão (n = 11, 12.9%). Em média estiveram envolvidos no assalto cerca de duas pessoas ($\bar{x} = 1.9$, $sd = 1.21$).

Em 22.4% (n = 19) dos casos os incidentes ocorreram enquanto o estabelecimento estava fechado e 16.5% (n = 14) das ocorrências aconteceram durante o horário de funcionamento do estabelecimento. Apenas três dos assaltos ocorreram durante a abertura ou o fechamento da loja. Na figura 2 apresenta-se a distribuição das experiências de vitimação desde 2007 até à data, não incluindo o único caso em que o participante não tinha conhecimento sobre deste dado. A este nível importa realçar que o baixo número de assaltos relatados no ano de 2013 poderá refletir o período de recolha de dados (até março de 2013).

Fig 2. Distribuição das experiências de vitimação por ano (2007-2013)



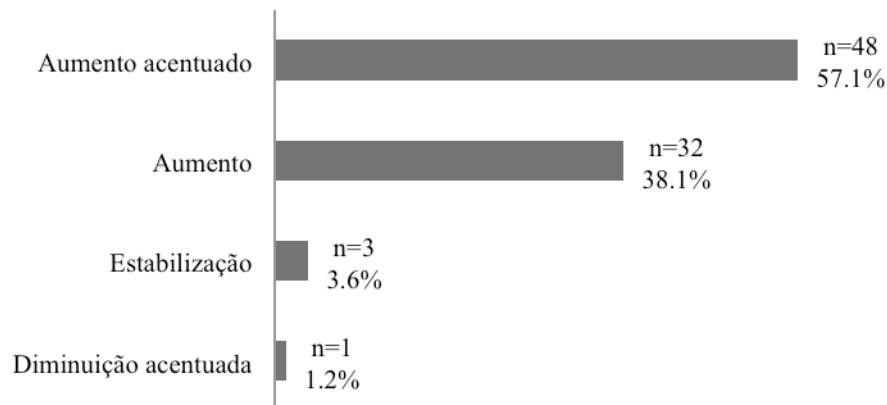
Percepções

De um modo geral, os/as participantes, com ou sem experiência de vitimação (N = 85), referiram que a polícia não era uma presença assídua nas proximidades dos seus estabelecimentos (*Mdn* = *às vezes*, 29.4%), nem costumava estabelecer regularmente com eles contacto direto (*Mdn* = *raramente*, 27.1%). Além disso, não há diferenças significativas entre os/as participantes cujo estabelecimento já foi assaltado e aqueles/as que não reportam qualquer situação de vitimação relativamente à presença da polícia ($U = 833.50$, $p = .66$) e à regularidade do seu contacto ($U = 843.00$, $p = .89$).

Quando questionados/as sobre as tendências de assalto desde 2007 a maioria dos/as participantes relatou um *aumento acentuado* da criminalidade associada às ourivesarias e relojoarias ($n = 48$, 57.1%). Na figura 3 é apresentada a amplitude das respostas dos/as participantes. Neste caso também não se verificam diferenças significativas entre o grupo que relata vitimação e o que não a admite ($U = 753.50$, $p = .25$).

Vulnerabilidades urbanas: o caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do porto.

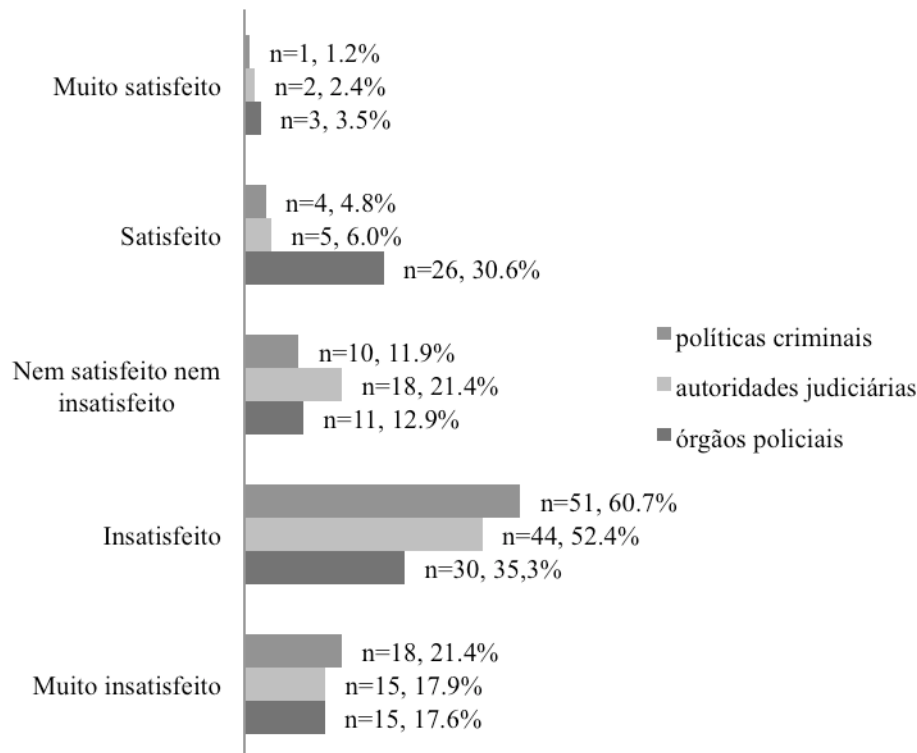
Fig 3. Tendência percebida da criminalidade associadas às ourivesarias e relojoarias



Quanto ao risco percebido de revitimação a amostra distribuiu-se pelas diferentes opções de resposta, sendo que 18.8% (n = 16) dos/as participantes referiram *nunca* se sentir em risco, 17.6% (n = 15) *raramente*, 20.0% (n = 17) *às vezes*, 18.8% (n = 16) *frequentemente* e, finalmente, 24.7% (n = 21) admitiram sentir-se *sempre* em risco. Mais uma vez não se verificam diferenças significativas em função dos relatos de vitimação ($U = 722.50$, $p = .15$).

No que respeita aos níveis de satisfação com as respostas de distintas instâncias formais, globalmente, os/as participantes relataram níveis de insatisfação, como descrito na figura 4. Não se encontram diferenças significativas entre os grupos com e sem experiência de vitimação face à satisfação com a atuação dos órgãos policiais ($U = 722.00$, $p = .14$). No entanto, contrastando com aqueles que não referem vitimação, o grupo que a relata mostra uma posição de maior insatisfação relativamente à atuação das autoridades judiciárias ($U = 644.00$, $p < .05$) e às políticas criminais de combate a este fenómeno ($U = 612.00$, $p < .01$).

Fig 4. Medidas de satisfação com as respostas formais



6. Considerações finais

As importantes transformações que têm ocorrido nas cidades ocidentais nos últimos anos, em termos econômicos, sociais, populacionais, geográficos, entre outros, têm concorrido para que estas sejam contextos complexos, repletos quer de oportunidades quer de riscos. É consensualmente reconhecido que as cidades constituem os palcos do crime e da violência por excelência, o que legitima o recurso à noção de vulnerabilidades urbanas. O âmago destas vulnerabilidades é dotado de alguma plasticidade, pululando entre diferentes fenómenos (e.g., crimes de sangue, furtos por esticção, delinquência juvenil), mas as suas repercussões são relativamente estáveis. Entre estas destaca-se o sentimento de insegurança, cujo aumento significativo se reconhece como um facto bem estabelecido nos dias de hoje (e.g., FERNANDES, 2004).

Pelo que foi exposto, conclui-se que a cidade 'faz' (de alguma forma) o sentimento de insegurança. No entanto, tal sentimento é um fenómeno complexo

Vulnerabilidades urbanas: o caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do porto.

que resulta da convergência de uma diversidade de fatores. Apesar de ser, em alguma medida, sustentado por números oficiais acerca da criminalidade (e.g., de acordo com o RASI de 2012 a criminalidade violenta e grave continua a concentrar-se em Lisboa, Porto e Setúbal, apresentando um valor total das participações de 71 % - MAI, 2013), o sentimento de insegurança é também amplamente alimentado pelos discursos políticos, mediáticos, sociais, entre outros. Atualmente, nestes discursos tende a imperar uma narrativa do medo, que se baseia nas perceções de um maior risco criminal e, conseqüentemente, de uma maior vulnerabilidade (e.g., MACHADO, 2000). A este propósito, é inegável o importante papel desempenhado pelos *media*, enquanto meios centrais de divulgação destas narrativas e recursos a partir dos quais se podem construir as perceções de risco e insegurança dos/as cidadãos/cidadãs. Recorde-se a relevância que Young (1971) atribuía aos meios de comunicação social no desenvolvimento de fenómenos de ‘pânico moral’.

Em Portugal, nos dias de hoje, a criminalidade associada às ourivesarias, relojoarias e lojas de compra e venda de ouro – uma ‘realidade’ marcadamente urbana – tem constituído um foco central da atenção mediática. Globalmente, tal ênfase é congruente com os dados revelados pelo mais recente Relatório Anual de Segurança Interna (MAI, 2013), no qual se destaca que $\frac{3}{4}$ do total das participações efetuadas ocorrem nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. Do nosso ponto de vista, o aumento deste tipo de criminalidade pode estar, em alguma medida, associado às difíceis condições económicas, políticas e sociais que Portugal atravessa atualmente. Sabe-se, aliás, que o ouro – um dos bens usualmente mais procurado pelos/as autores/as destes crimes – é um produto de elevado valor, fácil de transportar e de vender, o que o torna mais apetecível.

De entre os múltiplos recursos que contribuem para a construção do sentimento de insegurança as experiências indiretas assumem um papel central (e.g., MACHADO, 2000). Todavia, tais experiências não se relacionam apenas com as informações veiculadas pelos *media*, sendo igualmente relevantes as que são transmitidas nas redes sociais de interconhecimento. A este nível, no nosso estudo, grande parte dos/as participantes não relatava, desde 2007, experiências de vitimação no seu estabelecimento comercial. Além do mais, nos casos em que tal vivência foi admitida, o último assalto concretizado não envolveu, na grande maioria das situações, violência física. Na nossa perspetiva devemos ler este dado a par do que se refere ao momento em que o incidente foi consumado – em 22.4% dos casos quando o estabelecimento estava fechado –, o que sugere tratem-se de crimes de furto. Globalmente, o que interessa reter é que as vivências de vitimação direta dos/as participantes – ausentes ou de menor severidade – entram em contradição com a narrativa de medo que veiculavam, nomeadamente ao ser relatada, pela maioria dos/as participantes, a perceção de um aumento acentuado da criminalidade associada às ourivesarias e relojoarias nos dias de hoje. Note-se,

também, que não se verificaram diferenças significativas quanto ao risco percebido em função dos relatos de vitimação. Estes dados reforçam, portanto, o importante papel que é desempenhado pelas experiências indiretas enquanto fonte de conhecimento e recurso para a construção do sentimento de insegurança. Neste sentido, concordamos com a proposta de Machado (2000; p.451) de compreender o “medo como um processo intersubjectivo, enraizado e sustentado através de processos de partilha social.”.

A multiplicidade de recursos que concorre para a experiência de medo e para o sentimento de insegurança contempla, ainda, as características de cada sujeito social, não só em termos sociodemográficos (e.g., sexo, idade, nível socioeconómico, residência), como também a nível psicológico, de personalidade e de recursos cognitivos e vivenciais.

O sentimento de insegurança parece ser, ainda, potenciado pela insatisfação e conseqüente descrença relacionadas com a atuação dos sistemas de controlo social formal do crime – que são relatadas em trabalhos anteriores (e.g., MACHADO, 2000) e que foram encontradas na nossa amostra. No presente estudo, tais perceções de insatisfação e descrédito relativamente à atuação das instâncias de controlo social formal parecem ter, também, um fundamento mais objetivo, já que de um modo geral os/as comerciantes com ou sem experiência de vitimação referem que a polícia não é uma presença assídua nas proximidades dos seus estabelecimentos nem costuma estabelecer contactos regulares. Recorde-se, ainda, que, na nossa amostra, contrastando com aqueles que não referem vitimação, o grupo que a relata mostra uma posição de maior insatisfação relativamente à atuação das autoridades judiciais e às políticas criminais de combate a este fenómeno.

Chegados a este ponto e retomando a nossa afirmação de que a cidade ‘faz’ (de alguma forma) o sentimento de insegurança, julgamos premente interrogar-nos sobre o que o sentimento de insegurança ‘faz’ à/na cidade. Desde logo, esta narrativa do medo, que se alimenta por um discurso propagado pela classe política e pelos *media*, legítima e contribui para o endurecimento do controlo social formal e de medidas punitivas e repressivas. Por outro lado, promove a adoção de diversas estratégias de prevenção situacional do crime (e.g., CLARKE, 1996), tanto pelo Estado como por instituições privadas e pelos/as próprios/as cidadãos/cidadãs. A narrativa do medo constrange, ainda, a forma como cada cidadão/cidadã vive e utiliza a cidade, potenciando muitas vezes a adoção de estratégias de evitamento (e.g., de certos locais da cidade, de determinados sujeitos), enquanto mecanismo de *coping* face ao risco percebido. A este propósito importa, também, não descuidar as assimetrias que se encontram entre diferentes grupos da população portuguesa no que respeita à capacidade de garantir a segurança pessoal, sobretudo pela cada vez maior precarização económica e pela distribuição desigual de recursos. De facto,

Vulnerabilidades urbanas: o caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do porto.

como refere Machado (2000, p. 456), a segurança pessoal tornou-se “um bem de consumo”, ao qual acede quem dispõe de condições económicas para tal.

Para finalizar, em termos de limitações do nosso estudo, parecem-nos merecer particular destaque as que se relacionam com: (i) o tamanho da amostra (N = 85), em comparação com os dados relativos ao universo que nos serve de referência (N = 282); e (ii) a incapacidade de obter uma descrição e compreensão mais aprofundadas e esclarecedoras acerca do sentimento de insegurança. Julgamos, assim, que em futuros trabalhos se deve tentar alargar o estudo a uma amostra mais abrangente, e idealmente representativa, bem como explorar com mais detalhe as dinâmicas e dimensões que caracterizam e contextualizam o sentimento de insegurança (e.g., sua relação com a vivência da cidade) através de metodologias preferencialmente qualitativas.

Bibliografia:

- ADORNO, Sérgio (2002). Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. Abril/Junho, pp. 7-8, 2002.
- ALMEIDA, Maria Rosa Crucho. *Inquérito de vitimação 1992*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, 1993
- ALMEIDA, Maria Rosa Crucho; ALÃO, Ana Paula. *Inquérito de vitimação 1994*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, 1995.
- ARIZA, Juanjo Medina. *Prevenção del delito y seguridad ciudadana*. Buenos Aires: Editorial D de F, 2011.
- BOTTOMS, Anthony. Place, Space, Crime and Disorder. In: MAGUIRE, M.; MORGAN, R.; REINER, R. (Eds.). *The Oxford Handbook of Criminology*. (4ª Ed.). New York: Oxford University Press, 2007.
- CALDEIRA, Teresa. *City of Walls – Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo*. California: University of California Press, 2000.
- CLARKE, Ronald. “Situational” crime prevention: Theory and practice. In: MUNCIE, J.; MCLAUGHLIN, E.; LANGAN M. (Eds.). *Criminological perspectives. A reader*. London: Sage, 1996.
- COMLEY, Rebecca; FERBEY, Justin; FOURNIER, Marc; GAFUIK, Nicholas; PERRIN, Benjamin. *Urban Violence: The Silent War of Americas – Canada’s Leadership Opportunity*. Disponível em: <http://www.actioncanada.ca/en/pdf/TeamAmericasProjectENGLISH.pdf>
- CUSSON, Maurice. *Criminologia*. 2ª edição. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2002.
- DIAS, Jorge Figueiredo; ANDRADE, Manuel Costa. *Criminologia – O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.
- DINIZ, Alexandre. A geografia do medo, reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte. *O Alferes*, Belo Horizonte, v. 18, pp. 119-133, 2003.
- FERNANDES, Luís. Bases Ecosociais do Sentimento de Insegurança. *Educação, Sociedade & Cuturas*, n.21, pp. 93-112, 2004.

_____ ; CARVALHO, Maria, "Problemas no estudo etnográfico de objectos fluidos: os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social". *Educação, Sociedade e Culturas*, n.14, pp. 59-87, 2000.

_____ ; RÊGO, Ximene. Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica*, 15 (1), pp. 167-182, fevereiro, 2011.

FERREIRA, Eduardo Viegas. Violência e Insegurança Urbana: Um Fenómeno em Crescimento ou em Transformação? *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.7, pp. 37-57, dezembro, 2003.

FERREIRA, Igenez Costa Barbosa; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; PENNA, Nelba de Azevedo. Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu – MG – Brasil, outubro, 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1188.pdf

FILHO, Lauro Luis Francisco. A violência como degradador do espaço urbano. Planejamento urbano regional e sustentável – Pluris. Disponível em: <http://pluris2010.civil.unminho.pt/Actas/PDF/Paper81.pdf>

FRIAS, Graça. A construção social do sentimento de insegurança em Portugal na atualidade. CES. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/gracafrias.pdf>

GAVIRIA, Margarita Rosa. Controlo social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, n.20, pp. 72-107, julho/dezembro, 2008.

HUNTER, Angela; GUTBERLET, Jutta. Social and environmental exclusion at the edge of São Paulo, Brazil. *Urban Design International*.13, pp. 3-20, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Census 2011. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

JÜTERSONKE, Oliver, MUGGAH, Robert & RODGERS, Dennis. Gangs and violence reduction in Central America. *Security Dialogue*, vol. 49 n.4-5, 2009.

LEAL, José Manuel Pires. O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n.23, pp. 394-427, janeiro/abril, 2010.

LOURENÇO, Nelson. Cidades e Sentimento de Insegurança: Violência Urbana ou Insegurança Urbana? In : PEREIRA JÚNIOR, E. A.; SILVA, J. F.; MARON, J (Org.). *Um Toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão da Defesa Social* (pp. 15-39). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Social, 2010.

MACHADO, Carla. *Discursos do medo, imagens do "outro". Estudos sobre a insegurança urbana na cidade do Porto* (tese de doutoramento publicada). Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2000.

_____ ; *Crime e Insegurança – Discursos do medo, imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

Vulnerabilidades urbanas: o caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do porto.

_____; AGRA, Cândido. Insegurança e medo do crime: Da rutura da sociabilidade à reprodução da ordem social. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 12, pp. 79-101, 2002.

MACLLWAIN, Cathy. Geography and development: violence and crime as development issues. *Progress in Human Geography September*, vol. 23, pp. 453-463, 1999.

MASCARENHAS, Jorge Orlando. Segurança, Políticas e Polícias. *Investigação Criminal*, n.1, pp. 11-40, 2011.

MATIAS, Margarida; FERNANDES, Luís. Desarrumar o medo...O arrumador de carros como figura do medo na cidade. *Revista Toxicodependências*, vol.15 n.3, pp. 9-22, 2009.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Relatório Anual de Segurança Interna: Ano 2011, 2012. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relato_anual_seguran_a_interna.pdf

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Relatório Anual de Segurança Interna: Ano 2012, 2013. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf

MOLINA, Antonio García-Pablos. *Manual de Criminologia – Introducción y teorías de la criminalidad*. Madrid: Editorial Espasa-Calpe, Sa, 1998.

MORAES, Gustavo Valeriano. A estrutura urbana e a sua interligação com o crime. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI. Brasília - DF, novembro, 2008. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/07_387.pdf

MOSER, Caroline O. N. Urban violence and insecurity: an introductory roadmap. *Environment & Urbanization*, vol.16 n.2, pp. 1-6, outubro, 2004.

MUGGAH, Robert. Researching the Urban Dilemma: Urbanisation, Poverty and Violence. Department for International Development. IDRC | CRDI, Canada, 2012. Disponível em: http://www.idrc.ca/EN/Programs/Social_and_Economic_Policy/Governance_Security_and_Justice/Documents/Researching-the-Urban-Dilemma-Baseline-study.pdf

RÊGO, Ximene; FERNANDES, Luís. As falas do medo – convergências entre as cidades do Proto e Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.27 n.78, fevereiro, 2012.

REINER, Robert. Media – madecriminality: The representation of crime in the mass media. In: MAGUIRE, M., MORGAN, R., & REINER, R. (Eds). *The Oxford Handbook of Criminology*. 4ª edição. New York: Oxford University Press, 2007.

SANTOS, Márcia Andreia Ferreira; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote

- de Freitas em Uberlândia/MG. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, 21 (1), pp. 131-134, abril, 2009.
- SILVA, Luiz Antonio Machado. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. *Etnográfica*, vol.15 n.1, pp. 67-82, fevereiro, 2011.
- SILVA, Raquel Coutinho Marques. Violência, *Vulnerabilidade e Exclusão Sócioespacial: uma revisão conceitual*. I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANNPARQ). Rio de Janeiro, 2010.
- SOUZA, Fabio Araújo de Holanda; PONTES, Yasmin Ximenes. *Violência urbana e vulnerabilidade em Fortaleza – Brasil*. Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza, junho de 2010. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/4058.pdf>
- TSELONI, A.; MAILLEY, J.; FARREL, G.; TILLEY, N. Exploring the international decline in crime rates. *European Journal of Criminology*, vol. 7 n. 5, pp. 375-394, 2010.
- UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-HABITAT). *Reducing Urban Crime and Violence: Policy Directions*. London, 2008. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/downloads/docs/GRHS.2007.Abridged.Vol.1.pdf>
- VAN DIJK, Jan; MANCHIN, Robert; KESTEREN, John Van; NEVALA, Sami; HIDEG, Gergely. *The Burden of Crime in the EU – A comparative analysis of the European Survey of crime and safety (EU ICS 2005)*, 2005. Disponível em: <http://www.europeansafetyobservatory.eu/downloads/EUICS%20-%20The%20Burden%20of%20Crime%20in%20the%20EU.pdf>
- VAN DIJK, Jan, VAN KESTEREN, Jon; SMIT, Paul. *Criminal Victimization in International Perspective, Key findings from the 2004-2005 ICVS and EU ICS*. Den Haag: Boom Juridische Uitgevers, 2007.
- VAN KESTEREN, John; MAYHEW, Pat; NIEUWBEERTA, Paul. *Criminal Victimization in Seventeen Industrialised Countries: Key-findings from the 2000 international Crime Victims Survey*. The Hague: Ministry of Justice, WODC, 2000.
- VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6 n.13, pp. 15-29, junho, 2000.
- VIAL, Antonio Eloir; JUNGES, José Roque; OLINTO, Maria Teresa Anselmo; MACHADO, Paula Sandrine; PATTUSSI, Marcos Pascoal. Violência urbana e capital social em uma cidade do sul do Brasil: Um estudo quantitativo e qualitativo. *Revista Panamericana Salud Publica*, vol. 28 n.4, pp. 289-97, 2010.
- WEYRAUCH, Cleia Schiavo. Violência urbana. *Dimensões*, vol.27, pp. 2-22, 2011.
- WINTON, Ailsa. Urban violence: A Guide to the literature. *Environment & Urbanization*, vol.16 n.2, pp. 165-185, 2004.
- YOUNG, Jock. (1971). *The drugtakers. The social meaning of drug use*. London: Palladin.